



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNAS**



**COMISSÃO GERAL DE PARECERES**

**Parecer N° 022/2024**

**Projeto Legislativo N° 07/2024**

**Ementa:** Dispõe sobre a Fixação do Subsídio dos Vereadores do Município de Tunas - RS, para a Legislatura de 2025/2028, e dá outras providências agentes políticos, ocupantes de cargos de Vereadores e dá outras providências.

**Origem: Poder Legislativo**

**I - Relatório**

Trata-se de projeto de Lei de autoria da mesa diretora, qual propõe a fixação do subsídio dos Vereadores do Município de Tunas - RS para a Legislatura de 2025/2028.

**II – Análise**

Analisando a Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, a mesa diretora tem competência para propor Projeto de Lei que versa sobre a fixação do subsídio dos Vereadores do Município de Tunas - RS.

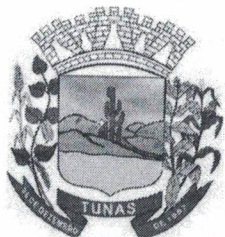
O artigo 30, inciso I, da Constituição Federal anota que “*Compete aos Municípios: legislar sobre assuntos de interesse local*”,

A previsão do artigo 32, inciso VII, do Regimento Interno desta Casa Legislativa anota que “*Compete à mesa: Propor a fixação dos subsídios do prefeito, vice-prefeito, secretários municipais e dos vereadores*”

Portanto, no tocante à iniciativa, há respaldo legal.

No caso, a revisão geral implica na manutenção do equilíbrio, afastando-se as perdas salariais sofridas por agentes públicos em virtude da inflação.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNAS**



A revisão geral anual é um direito constitucionalmente assegurado a todos os agentes públicos como forma de recomposição do valor real de vencimentos e subsídios depreciados pelas oscilações inflacionárias.

A Constituição Federal dispõe, em seu artigo 37, inciso X que:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

O artigo 1º, da Lei Municipal nº 963/2013, prevê que:

Os vencimentos e os subsídios dos servidores públicos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo, das Autarquias e das Fundações do Município, e os subsídios dos exercentes de mandato eletivo, serão revistos, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, no mês de janeiro de cada ano, sem distinção de índices, estendendo-se aos proventos dos aposentados e às pensões, em atendimento ao art. 40, § 8º, da Constituição Federal.

Portanto, a matéria em questão encontra respaldo Legal na legislação Municipal e em nossa Constituição Federal.

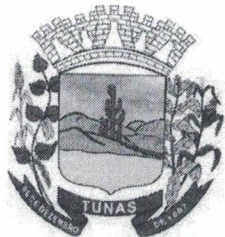
Ademais, quanto ao valor previsto, entende-se e que o mesmo representa as perdas inflacionárias sofridas por conta da inflação.

Desse modo, a presente proposição da mesa diretora é legal e implica na manutenção do equilíbrio salarial dos agentes públicos em virtude da inflação.

Portanto, não há no projeto irregularidades que comprometam sua legalidade. Quanto à técnica legislativa, a matéria mostra-se perfeita e pronta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNAS**



**III – Parecer da Relatora:**

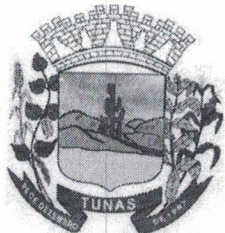
Verificando que o referido Projeto está de acordo com a Lei Orgânica do Município e obedece às boas técnicas Jurídicas e Legislativas, opino pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Legislativo nº 007/2024 e no mérito recomendo sua aprovação.

Sala das Comissões. Em 04 de setembro de 2024.

Andréia Freitas

Vereadora Relatora





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNAS**



### Parecer Final da Comissão

A Comissão Geral de Pareceres, em reunião realizada no recinto da Câmara no dia 04 de setembro de 2024, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. No mérito, opinou unanimemente pela **aprovação** do Projeto de Lei do Legislativo nº 007/2024.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores Alaor Schoeninger, Andréia Freitas e Gil de Melo.

Sala das Comissões. Em 04 de setembro de 2024.

Alaor Schoninger  
Presidente

Gil de Melo  
Vice-Presidente

Andréia Freitas  
3º membro

Rubens Eduardo Kurtz Schmitt  
Assessor Jurídico em Comissão  
OAB/RS 89.205

